

Anexo B - Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)

1. A potencial sujeição dos projetos a procedimento de AIA implica uma condição de admissibilidade que terá que ser verificada obrigando à apresentação, por parte do candidato, da respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e/ou Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE), de teor favorável ou favorável condicionada, emitida nos termos da legislação aplicável (DL nº 151-B/2015, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelo DL nº 47/2014, de 24 de março, e DL nº 179/27 de agosto – Regime Jurídico de AIA [RJAIA]).
2. O enquadramento dos projetos no RJAIA é efetuado pelo nº 3 do artigo 1º do RJAIA, sendo que as tipologias de projeto se encontram elencadas nos Anexos I e II do RJAIA. O enquadramento das alterações e/ou ampliações de projetos é vista à luz do disposto no ponto 4 do referido artigo 1º.
3. O enquadramento da tipologia designada, genericamente, por “áreas industriais” abrange, em termos de RJAIA, diversas tipologias que se encontram listadas no ponto 10 do Anexo II do RJAIA, sendo distintos os limiares, e variando estes em função quer da localização, quer da dimensão do projeto, a partir dos quais tais projetos terão que ser potencialmente sujeitos a procedimento de AIA, designadamente:
 - Caso geral (alínea a), ponto 10, Anexo II do RJAIA):
 - AIA obrigatória:
 - Parques industriais ≥ 20 ha.
 - Loteamentos industriais com área ≥ 20 ha.
 - Plataformas logísticas ≥ 15 ha.
 - Área sensível (nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2º):
 - AIA obrigatória: Limiares previstos para o caso geral.
 - Análise caso a caso: Todos os que não se encontrem abrangidos pelos limiares definidos para o caso geral.

4. Em relação aos acessos, se estes configurarem determinadas características técnicas, poderão ser igualmente sujeitos a procedimento de AIA, com potencial enquadramento nos seguintes pontos do RJAIA:

Anexo I

AIA obrigatória:

Ponto 7, alíneas b) a e);

Anexo II

AIA obrigatória:

Construção de estradas reservadas exclusivamente ao tráfego motorizado e acessíveis apenas por nós de ligação (intersecções desniveladas).

Construção de estradas com extensão ≥ 10 km.

5. Cabe ao candidato verificar se as condições acima elencadas se verificam para o seu projeto. Em caso afirmativo, o projeto, terá que ser sujeito a procedimento de AIA previamente a qualquer ato de autorização ou licenciamento do mesmo, incluindo a aprovação da candidatura. Neste sentido, salienta-se que a avaliação de um procedimento de AIA, se o projeto for apresentado em fase de projeto de execução, tem uma duração legal prevista de 100 dias úteis, aos quais acresce o prazo de elaboração quer do projeto, quer do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA), que antecede o prazo de avaliação do EIA, e que é de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato.

Caso o projeto seja apresentado em fase de estudo prévio ou anteprojecto, a duração legal prevista acrescenta ao prazo anteriormente referido, mais 50 dias úteis, que é antecedido pelo prazo de elaboração do Relatório de Conformidade Ambiental do projeto com a DIA.

6. As entidades responsáveis pela coordenação dos procedimentos de AIA podem ser i) a CCDRN, nos casos de tipologias de Parques industriais, Loteamentos industriais e Plataformas logísticas [sejam projetos de raiz, sejam alterações /ampliações de projetos existentes], e ii) a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no caso das tipologias dos acessos.
7. Na circunstância de ser necessária uma análise caso-a-caso (cujo prazo de resposta da apreciação são 25 dias úteis, aos quais acresce o tempo necessário, e anterior, para a elaboração do dossier a sujeitar a apreciação), que pode culminar num não enquadramento em AIA ou eventual sujeição do projeto a AIA, cabe igualmente ao

candidato a inteira e exclusiva responsabilidade da instrução deste pedido de apreciação prévia, nos moldes do disposto no Anexo IV do RJAIA, e que terá que ser dirigida à respetiva Entidade Licenciadora (EL), sendo que quando o projeto se encontra em “área sensível”, a pronúncia compete à CCDRN, na sua qualidade de Autoridade de AIA (AAIA). Em caso negativo, independentemente da localização em causa, o documento a apresentar, em sede de candidatura, pelo candidato, será o emitido pela respetiva EL face ao pedido efetuado, ou o emitido pela CCDRN. No caso dos acessos, a pronúncia, em área sensível, cabe à APA, na sua qualidade de respetiva Autoridade de AIA.

8. Tendo em conta a presente Nota Explicativa, são “Condições de Admissibilidade a cumprir” os seguintes itens, constituindo esta Nota Explicativa anexo ao Aviso:

No que se refere à Avaliação de Impacte Ambiental (DL nº 151-B/2015, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelo DL nº 47/2014, de 24 de março, e DL nº 179/27 de agosto – Regime Jurídico de AIA [RJAIA]):

- Apresentação, por parte do candidato, da respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e/ou Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE), de teor favorável ou favorável condicionada, emitida nos termos da legislação aplicável;
- Apresentação de documento emitido pela respetiva Entidade Licenciadora ou documento emitido pela Autoridade de AIA face ao pedido verificação de sujeição a caso-a-caso.